



MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
3º BATALHÃO DE INFANTARIA DE SELVA
(14º Regimento de Infantaria/1935)
REGIMENTO ARARIGBÓIA

Classificação: 011

PROCESSO NUP

ASSUNTO:

INTERESSADO: S3, S4, SALC, FISC ADM E OD

Órgão de Origem: 3º Batalhão de Infantaria de Selva

Data da Criação: 29/09/2026

Localização Atual do Processo: Comando do 3º BIS

Estado: Minuta

PEÇAS PROCESSUAIS

- 1- Termo de Abertura Nº 418-SALC/Fisc Adm/EM (a)
- 2- DFD160137_000372_2026.pdf
- 3- ETP160137_000236_2026-2.pdf
- 4- TR160137_000064_2026 2.pdf
- 5- Pesquisa_de_preco_- OP_GVA_1%C2%BA_TURN0_BARCELOS_MOURA_assinado.pdf
- 6- MR160137_000062_2026_assinado.pdf
- 7- Despacho Nº 513-Fisc Adm/EM/Cmdo 3º BIS
- 8- Despacho Nº 515-Cmdo 3º BIS

Legenda

- (a) Documento de Origem
- (b) Arquivos que não serão impressos por não se tratarem de arquivos de texto ou imagem
- (c) Documento desentranhado
- (d) Documento desmembrado



MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
3º BATALHÃO DE INFANTARIA DE SELVA
(14º Regimento de Infantaria/1935)
REGIMENTO ARARIGBÓIA

Termo de Abertura Nº 418-SALC/Fisc Adm/EM

Barcelos, AM, 29 de setembro de 2026.

Assunto: serviço de locação de embarcações para a GVA 2026 - 1º Turno - trecho Barcelos x Moura

Em conformidade com a legislação pertinente, o presente processo eletrônico foi autuado conforme necessidades do Setor Fluvial do 3º BIS.

[REDACTED]
Auxiliar da Sção de Aquisições, Licitações e Contratos



Documento **assinado eletronicamente**, por meio de **assinatura simples**, pelo(a) **ST** [REDACTED] em 29/09/2026, às 17:47 conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no §3º, art. 4º, do Decreto nº 10.543 de 13/11/2020 da Presidência da República.

Código de verificação: o1Fo-POA0-ioXa-WI8v

3º BATALHÃO DE INFANTARIA DE SELVA

Documento de Formalização da Demanda 372/2026

Número do Documento de Formalização da Demanda: 372/2026

1. Informações Gerais

Área requisitante	Data da conclusão da contratação	UASG	Editado por
Instrução	31/12/2026 00:00	160137	
Descrição sucinta do objeto			
Serviço de locação de embarcações em apoio à GVA 2026 - Barcelos x Moura 1º Turno			

2. Justificativa de Necessidade

A presente contratação decorre da necessidade de disponibilizar meios adequados de transporte fluvial para o deslocamento do efetivo do 3º Batalhão de Infantaria de Selva empregado nas atividades da **Operação GVA 2026**, destinada ao apoio ao pleito eleitoral.

Considerando as características geográficas da região amazônica, especialmente a dependência do modal hidroviário para o deslocamento entre os municípios e localidades abrangidos pela operação, faz-se necessária a contratação de embarcação adequada para o transporte do pessoal empregado nas atividades operacionais.

A necessidade encontra-se respaldada pela demanda formalizada pelo 3º BIS e pelo crédito orçamentário descentralizado especificamente para a contratação do serviço de transporte fluvial destinado à Operação GVA 2026.

A contratação possibilitará o deslocamento seguro, regular e tempestivo do efetivo, contribuindo para o cumprimento da missão institucional atribuída à Organização Militar durante o período de realização do pleito eleitoral.

3. Materiais/Serviços

3.1 Materiais

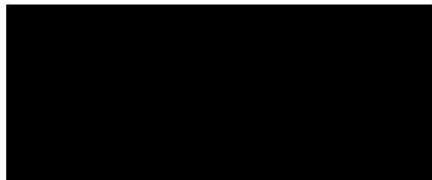
Nenhum material incluído.

3.2 Serviços

Nº do item	Grupo	Descrição	Qtd	Val. unit. (R\$)	Val. total (R\$)
1	Serviços De Transporte Marítimo/Costeiro E Transoceânico	Transporte Marítimo e Fluvial de Pessoal / Carga	1,00	27.435,00	27.435,00

4. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Equipe de apoio

5. Acompanhamento

Id Acompanhamento	Responsável	Data
1 Operação não prevista no momento da confecção do PCA 2026.		29/09/2026 17:50

6. Relacionamentos

Nenhum relacionamento encontrado.

3º BATALHÃO DE INFANTARIA DE SELVA

Estudo Técnico Preliminar 236/2026

1. Informações Básicas

Número do processo: [REDACTED]

2. Descrição da necessidade

Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de transporte fluvial, mediante disponibilização de embarcação tipo Recreio, com capacidade máxima para 35 (trinta e cinco) pessoas, destinada ao deslocamento do efetivo do 3º Batalhão de Infantaria de Selva empregado na Operação GVA 2026 – Apoio ao Pleito Eleitoral.

A necessidade decorre da missão atribuída ao 3º BIS para atuação no apoio ao pleito eleitoral, sendo indispensável assegurar meios adequados para o deslocamento do efetivo entre as localidades abrangidas pela operação.

Considerando as características geográficas da região amazônica e a dependência do modal hidroviário para o deslocamento entre as localidades de atuação, faz-se necessária a disponibilização de embarcação adequada, regularizada e dotada dos equipamentos de segurança necessários.

A contratação compreenderá os deslocamentos no trecho Barcelos/AM–Moura/AM–Barcelos/AM, conforme programação operacional.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
4ª Seção/3º BIS	[REDACTED]

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

A solução deverá atender, no mínimo, aos seguintes requisitos:

- embarcação tipo Recreio ou equivalente, com capacidade máxima para 35 pessoas;
- condições adequadas de conservação e navegabilidade;
- documentação regular perante a Autoridade Marítima competente;
- equipamentos de segurança e salvatagem compatíveis com a capacidade da embarcação;
- coletes salva-vidas em quantidade suficiente para passageiros e tripulantes;
- tripulação devidamente habilitada;
- cumprimento das normas da Autoridade Marítima Brasileira aplicáveis à navegação interior;
- disponibilidade da embarcação nos períodos determinados pela Administração;
- inclusão de combustível, lubrificantes, manutenção, tripulação, taxas, seguros e demais custos necessários à execução, salvo disposição expressa em contrário;
- possibilidade de substituição da embarcação por outra equivalente e regularmente documentada, em caso de avaria ou indisponibilidade, sem custo adicional para a Administração.

5. Levantamento de Mercado

Foram consideradas as seguintes alternativas para atendimento da necessidade:

Alternativa 1 – Utilização de embarcação própria da Administração: não se mostra adequada caso não haja disponibilidade de embarcação própria com capacidade, condições de navegabilidade e tripulação habilitada para atender à programação da operação.

Alternativa 2 – Utilização de transporte fluvial regular de passageiros: apresenta limitações quanto à compatibilidade de horários, itinerários, capacidade e disponibilidade com a programação operacional do 3º BIS.

Alternativa 3 – Contratação de empresa especializada em transporte fluvial: consiste na disponibilização de embarcação, tripulação e estrutura necessária à execução dos deslocamentos definidos pela Administração.

Após a análise das alternativas, a contratação de empresa especializada apresenta-se como solução compatível com a necessidade, por proporcionar maior flexibilidade operacional e permitir a definição prévia dos requisitos de segurança, capacidade, documentação, itinerários e períodos de utilização.

A solução também possibilita que os custos operacionais relacionados à embarcação e à tripulação sejam atribuídos à contratada.

6. Descrição da solução como um todo

Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de transporte fluvial, mediante emprego de embarcação tipo Recreio, com capacidade aproximada para 35 pessoas, devidamente regularizada e equipada para navegação interior, por meio de Dispensa de Licitação.

A solução compreenderá o deslocamento:

Item 1: Barcelos/AM – Moura/AM – Barcelos/AM.

A contratada deverá fornecer todos os meios necessários à execução do serviço, incluindo embarcação, tripulação, combustível, lubrificantes, manutenção, equipamentos de segurança, documentação e demais custos diretamente relacionados ao objeto.

A execução ocorrerá mediante ordem de serviço ou instrumento equivalente emitido pelo 3º BIS.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

Item	Descrição	Quantidade
1	Transporte fluvial por embarcação tipo Recreio, capacidade aproximada de 35 pessoas, trecho Barcelos/AM–Moura /AM	serviços de ida e de retorno

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 31.449,04

O crédito orçamentário a ser utilizado para atendimento da demanda é de R\$ 27.435,00 (vinte e sete mil e quatrocentos e trinta e cinco reais), conforme Nota de Crédito nº 2026NC006604, de 24 de agosto de 2026.

Dados orçamentários:

- UG: 160137;
- ND: 339033;
- PTRES: 167864;
- Fonte: 1000A0059W;
- UGR: 70026;
- SEG GVAEXE;
- Valor descentralizado: R\$ 96.000,00.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Considerando que existe um trecho de transporte, admite-se a divisão do objeto em itens correspondentes ao respectivo trecho, conforme estabelecido no Termo de Referência.

O parcelamento poderá ampliar a competitividade caso existam fornecedores aptos a atender individualmente cada trecho.

Entretanto, deverá ser avaliada a conveniência da contratação conjunta quando demonstrada vantagem operacional ou econômica, especialmente em razão da necessidade de compatibilidade entre os deslocamentos e da programação da Operação GVA 2026.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não foram identificadas, até o momento, contratações correlatas ou interdependentes indispensáveis à execução do objeto.

Eventuais necessidades complementares relacionadas à Operação GVA 2026 serão avaliadas em processos próprios.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A presente contratação encontra-se alinhada ao planejamento institucional do 3º Batalhão de Infantaria de Selva (3º BIS), uma vez que visa atender às necessidades decorrentes das atividades operacionais e administrativas da Organização Militar, contribuindo para a manutenção da capacidade operacional e para o cumprimento das missões atribuídas à Unidade.

A contratação está em consonância com o planejamento das ações previstas para o exercício financeiro de 2026, considerando a disponibilidade de recursos orçamentários descentralizados especificamente para o atendimento da demanda, bem como a necessidade de assegurar a adequada aplicação dos recursos públicos, observando os princípios da eficiência, economicidade, planejamento e interesse público.

Nesse contexto, a solução proposta está relacionada às necessidades previamente identificadas pelo setor requisitante e integra o conjunto de medidas necessárias ao cumprimento das atividades institucionais do 3º BIS, proporcionando as condições adequadas para a execução das ações planejadas.

A contratação observa, ainda, as diretrizes estabelecidas pela Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, especialmente quanto à necessidade de planejamento das contratações públicas e à compatibilidade da contratação com o planejamento da Administração.

Registra-se que, em razão da natureza da demanda e de sua vinculação a necessidade específica surgida no decorrer do exercício, a contratação não constava inicialmente do Plano de Contratações Anual, devendo ser promovidos, quando cabíveis, os registros e ajustes necessários nos instrumentos de planejamento da Administração.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Pretende-se:

- garantir o transporte seguro do efetivo empregado na Operação GVA 2026;
- assegurar o deslocamento nos trechos necessários;
- garantir a disponibilidade de embarcação adequada e regularizada;
- proporcionar maior segurança aos militares e demais passageiros;
- assegurar o cumprimento tempestivo das missões atribuídas ao 3º BIS;
- reduzir riscos decorrentes da utilização de meios de transporte inadequados;
- promover o adequado emprego dos recursos públicos disponibilizados para a operação.

13. Providências a serem Adotadas

Antes da contratação deverão ser adotadas as seguintes providências:

- realização da pesquisa de preços;
- definição do valor estimado;

- verificação da disponibilidade e adequação orçamentária;
- definição do adequado enquadramento jurídico da contratação;
- aprovação do Termo de Referência;
- confirmação da programação dos deslocamentos junto ao setor responsável pela operação.

14. Possíveis Impactos Ambientais

A execução do serviço poderá gerar impactos relacionados ao consumo de combustível, emissão de gases, geração de resíduos e eventual risco de vazamento de combustíveis ou lubrificantes.

Como medidas mitigadoras, a contratada deverá manter a embarcação em condições adequadas de manutenção, prevenir vazamentos, realizar o abastecimento de forma segura, evitar o descarte de resíduos no ambiente aquático e observar a legislação ambiental aplicável.

15. Declaração de Viabilidade

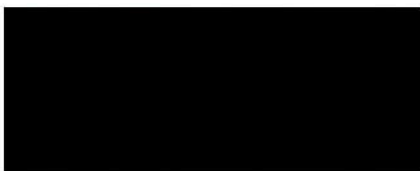
Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Considerando a necessidade de assegurar o transporte do efetivo empregado na Operação GVA 2026 e a dependência do modal hidroviário na região, a contratação mostra-se tecnicamente adequada e necessária. A solução permite o emprego de embarcação regularizada, com tripulação habilitada e condições de segurança compatíveis com a missão, assegurando o deslocamento no trecho Barcelos–Moura–Barcelos e o cumprimento tempestivo das atividades previstas. Dessa forma, declara-se viável a contratação.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 29/09/2026 às 20:42:34.

3º BATALHÃO DE INFANTARIA DE SELVA

Termo de Referência 64/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
64/2026	160137-3º BATALHÃO DE INFANTARIA DE SELVA		29/09/2026 20:08 (v 0.6)
Status			
DISPONIBILIZADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço não-continuado		

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

(Processo Administrativo nº)

TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de serviço de locação de transporte fluvial, mediante emprego de embarcação com capacidade máxima para 35 (trinta e cinco) pessoas, a ser executado sem regime de dedicação exclusiva de mão de obra, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
	Serviço de transporte fluvial mediante fretamento de embarcação regional, tipo barco recreio de grande porte, com capacidade para transportar, no máximo, 35 (trinta e cinco) passageiros, respectivas bagagens e materiais de apoio, além de 1 (uma) voadeira pertencente ao 3º Batalhão de Infantaria de Selva, destinada ao deslocamento entre Moura e Tapira.. A embarcação deverá possuir tripulação habilitada pela Autoridade					

1	Marítima Brasileira, infraestrutura adequada para navegação prolongada, cobertura contra intempéries, instalações sanitárias, meios de comunicação e equipamentos de segurança e salvatagem em quantidade suficiente para todos os passageiros e tripulantes, de acordo com as normas vigentes e em perfeito estado de conservação, com combustível, lubrificantes, manutenção, encargos, seguros e demais despesas sob responsabilidade da contratada. Percurso: Barcelos–Carvoeiro–Moura–Carvoeiro–Barcelos, no período estimado de 01 de setembro a 06 de outubro de 2026, correspondente ao 1º turno das eleições, totalizando 6 (seis) diárias. Durante o deslocamento militares desembarcarão em Carvoeiro e os demais prosseguirão até Moura. A embarcação permanecerá atracada em Moura durante o período do pleito e iniciará o retorno após a reunião do efetivo e da voadeira, realizando parada em Carvoeiro para embarque dos militares desdobrados nessa comunidade. Deverão ser consideradas as peculiaridades da navegação na Região Amazônica, especialmente a variação do nível dos rios e afluentes, as condições de navegabilidade no período, o transporte seguro da voadeira e outras restrições que possam interferir na execução do serviço.	3182	diária	6	R\$ 4.572,50	R\$ 27.435,00
---	---	------	--------	---	--------------	---------------

Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade

1.2. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como **comum(ns)**, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

Classificação do objeto quanto ao modelo de execução

1.3. O serviço é enquadrado como não contínuo ou contratados por escopo.

Prazo de vigência

1.4. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1 Os critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, serão atendidos com base no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

Da vedação de utilização de marca/produto na execução do serviço

4.2. Diante das conclusões extraídas do processo administrativo nº 65296.007679/2026-82, a Administração aceitará o fornecimento de quaisquer produtos/marcas.

Subcontratação

4.3. Será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.4. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

Vistoria

4.5. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

- 5.1. A execução ocorrerá mediante ordem de serviço/ordem de execução emitida pelo 3º BIS, contendo, conforme a necessidade operacional, data, horário, ponto de embarque, destino, quantitativo de passageiros, identificação da embarcação e da tripulação.
- 5.2. A contratada deverá apresentar a documentação de regularidade da embarcação e da tripulação previamente ao primeiro deslocamento e sempre que houver substituição.
- 5.3. O embarque e desembarque serão realizados nos locais determinados pela Administração, observadas as condições de segurança e as limitações da embarcação.
- 5.4. A contratada não poderá interromper injustificadamente o serviço. Ocorrendo avaria, indisponibilidade ou impedimento da embarcação, deverá providenciar, sem ônus adicional, solução equivalente e documentalmente regular, sujeita à aprovação da fiscalização.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 6.1. A Administração designará gestor e fiscal do contrato ou instrumento equivalente, competindo-lhes acompanhar a execução, verificar a documentação, registrar ocorrências e atestar a prestação.
- 6.2. O fiscal deverá conferir, antes do embarque, a identificação da embarcação, condições aparentes de segurança, quantidade de coletes, documentação disponibilizada e composição da tripulação.
- 6.3. Ocorrências que comprometam a segurança deverão ser comunicadas imediatamente à autoridade competente e à Administração.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

- 7.1. A medição será realizada por serviço efetivamente prestado e aceito, conforme os deslocamentos autorizados e comprovados.
- 7.2. O pagamento será efetuado após o recebimento definitivo/atesto da prestação, mediante apresentação da nota fiscal e comprovação da regularidade exigível.
- 7.3. Não haverá pagamento por deslocamento não realizado ou não autorizado, ressalvadas hipóteses legalmente indenizáveis devidamente comprovadas.
- 7.4. O prazo de liquidação e pagamento observará a legislação aplicável e a programação financeira da Administração, respeitado o prazo final de liquidação e pagamento constante da Nota de Crédito.

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;

- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

8.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

8.2.4. Multa:

8.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 1 % (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 60 (sessenta) dias.

8.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

8.2.4.2.1. . O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

8.2.4.3. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 0,5% (cinco décimos por cento) a 15% (quinze por cento) do valor da contratação.

8.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 5% (cinco por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

8.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 5% (cinco por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação.

8.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 0,5% (cinco décimos por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.

8.2.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 0,5% (cinco décimos por cento) a 4% (quatro por cento) do valor da contratação , ressalvadas as seguintes infrações também enquadráveis nessa alínea:

8.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

8.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

8.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

8.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

8.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

8.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

8.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

8.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

8.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

8.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

8.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

8.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

8.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. A forma de seleção deverá ser definida após a confirmação do enquadramento legal da contratação. Caso o valor estimado final, somado às despesas de mesma natureza nos termos do art. 75, §1º, permaneça dentro do limite legal, poderá ser adotada a dispensa de licitação por valor prevista no art. 75, II, da Lei nº 14.133/2021, observados os procedimentos federais aplicáveis à contratação direta.

9.2. Para 2026, o limite atualizado do art. 75, II, é R\$ 65.492,11.

9.3. O critério de seleção, quando realizada dispensa eletrônica, será o menor preço, por item ou global, conforme definido no procedimento e justificado tecnicamente. Em contratação direta sem disputa, deverão ser observadas a justificativa de preço, a razão da escolha do contratado e os demais elementos do art. 72.

9.4. O procedimento deverá assegurar que a proposta selecionada atenda integralmente aos requisitos de segurança, regularidade da embarcação e habilitação da tripulação, não sendo suficiente o menor preço desacompanhado da documentação exigida.

Exigências de habilitação

9.5. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.6. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;[A9]

9.7. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.8. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.9. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;[A10]

9.10. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.11. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.12. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.13. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.14. Consórcio de empresas: contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.15. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.16. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.17. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.18. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

Disposições gerais sobre habilitação

9.19. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.20. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

Documentação marítima exigida:

- Autorização/documentação compatível com o serviço de transporte e área de navegação;
- Documentação de propriedade, posse ou disponibilidade da embarcação;
- Documentação do piloto/mestre compatível com a embarcação e a área de navegação;
- Comprovação dos equipamentos de salvatagem e segurança exigíveis;

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que é o máximo aceitável, é de R\$ 27.435,00 (vinte e sete mil, quatrocentos e trinta e cinco reais), conforme custos unitários apostos no DFD.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/unidade: 160137- 3º BIS

II) Fonte de recursos: 1000A0059W;

III) PTRES: 167864;

IV) Elemento de despesa:339033; e

V) Plano interno: SEG GVAEXE.

11.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

Não é o caso.

13. ANEXO I Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato (Contratações de pequeno valor - art. 95, inciso I, da Lei n. 14.133/2021, Orientação Normativa nº 84, de 17 de maio de 2024)

1. FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

1.1. O adjudicatário terá o prazo de 5 dias, contado a partir da data de sua convocação, para aceitar o instrumento equivalente ao contrato Nota de Empenho, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.

1.2. O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

1.3. O aceite do instrumento equivalente pelo adjudicatário implica no reconhecimento de que:

1.3.1. referido instrumento substitui o termo de contrato, sendo-lhe aplicáveis as disposições da Lei nº 14.133/2021;

1.3.2. O Contratado se vincula à sua proposta e às previsões contidas no *Aviso de Dispensa Eletrônica*, no Termo de Referência e em seus anexos, conforme Termo de Ciência e Concordância (Anexo II).

2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. A vigência será definida no instrumento de contratação, suficiente para abranger a execução dos serviços previstos e os procedimentos de recebimento e pagamento, observada a disponibilidade orçamentária e o prazo de vigência do crédito.

2.2. Os serviços estão previstos para outubro de 2026.

3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

3.1. São obrigações do Contratante:

- Fornecer as informações necessárias à execução e emitir as ordens de serviço;
- Designar gestor e fiscal para acompanhamento;
- Disponibilizar as informações sobre efetivo, datas e destinos com antecedência compatível com a operação;
- Efetuar o pagamento pelos serviços efetivamente prestados e atestados;
- Comunicar à contratada ocorrências relevantes verificadas durante a execução.

3.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

4.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e deste Anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

4.1.1. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução contratual.

4.1.2. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

4.1.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal contratual ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

4.1.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

4.1.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

4.1.6. Efetuar comunicação ao Contratante, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis.

4.1.7. Não contratar, durante a vigência da contratação, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do Contratante ou do fiscal ou gestor contratuais, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

4.1.7.1 Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

4.1.7.1.2. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

4.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pela contratação, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

4.1.9. Comunicar ao Fiscal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

4.1.9. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

4.1.10. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

4.1.11. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

5. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

5.1. A contratação será extinta quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

5.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para a contratação.

5.3. Quando a não conclusão do objeto referida no item anterior decorrer de culpa do Contratado:

5.3.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

5.3.2. poderá a Administração optar pela extinção contratual e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual

5.4. O contrato poderá ser extinto com fundamento na ausência de créditos orçamentários ou na perda de vantagem contratual antes da data de aniversário, desde que ocorra com ônus para o CONTRATANTE, conforme previsto no art. 138, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

5.5. A contratação poderá ser extinta antes de cumpridas as obrigações nela estipuladas, ou antes do prazo fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

5.5.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

5.5.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o objeto.

5.6.3. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

5.6. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

5.6.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

5.6.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

5.6.3. Indenizações e multas.

5.7. A extinção contratual não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

5.8. A contratação poderá ser extinta caso se constate que o Contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão contratuais, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

6. ALTERAÇÕES

6.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

6.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento).

6.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

6.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

6.5. Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

14. ANEXO II TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Não é o caso.

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

[Redacted Signature]

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 29/09/2026 às 20:08:17.

NOTA TÉCNICA DE ANÁLISE CRÍTICA DE PESQUISA DE PREÇOS

I - OBJETO DA CONTRATAÇÃO

O objeto da presente contratação é a locação de embarcação destinada ao transporte de militares do 3º BIS para realização da Operação de Garantia de Votação e Apuração.

II - FONTES CONSULTADAS

2.1. Para a definição do valor estimado da contratação foram utilizados os parâmetros dos incisos IV do Art. 5º da IN SEGES/ME nº 65/2021.

2.2. Foram priorizadas a consulta aos sistemas oficiais de governo e às contratações similares feitas pela Administração Pública, em conformidade com o artigo 5º, §1º da IN Seges/ME nº 65/2021.

2.3. O preço estimado para a contratação considerou o mínimo de três cotações, nos termos do artigo 6º, §5º da IN SEGES/ME nº 65/2021.

Fornecedor	Apresentou resposta?	Justificativa para escolha
	Sim	A escolha do fornecedor justifica-se pela capacidade de atender a necessidade de locação de embarcação em tempo hábil para a finalidade destinada e a falta de licitação própria para a emissão do empenho.
	Sim	
	Sim	

2.4. O preço estimado para a contratação considerou o mínimo de três cotações, nos termos do artigo 6º, §5º da IN Seges/ME nº 65/2021.

III - SÉRIE DE PREÇOS COLETADOS

3.1. De acordo com a pesquisa de preços em anexo.

IV - METODOLOGIA PARA OBTENÇÃO DO PREÇO ESTIMADO

4.1. A obtenção do preço estimado deu-se com base no menor dos valores obtidos na pesquisa de preços, em razão de atender integralmente às especificações, a capacidade de prestação do serviço em Barcelos/AM, a habilitação do fornecedor e as demais condições exigidas para a contratação.

Nº do item	Método utilizado	Justificativa para escolha
1	Menor Preço	Por se tratar de pesquisa destinada à locação de embarcações com especificações equivalentes, para viagem de ida e volta nos dias estabelecidos, atendendo a necessidade operacional em Barcelos/AM

V - CONCLUSÃO

5.1. O preço estimado da contratação é R\$ 27.435,00 (vinte e sete mil, quatrocentos e trinta e cinco), conforme mapa comparativo e pesquisa de preços em anexo.

5.2. Após a realização de pesquisa de preços em conformidade com a IN SEGES/ME nº 65/2021, certifica-se que o preço estimado para a presente contratação é vantajoso para a Administração.

VI - IDENTIFICAÇÃO DOS AGENTES RESPONSÁVEIS PELA PESQUISA DE PREÇOS

6.1. A presente pesquisa de preços foi conduzida por: ST Marco Antonio Moraes. Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

[Redacted Signature]

[Redacted Signature]

Aux SALC 3º BIS



[REDACTED]
[REDACTED]
[REDACTED]
[REDACTED] 700-000

Barcelos/AM, 01 de outubro de 2026.

OFÍCIO / PROPOSTA DE ORÇAMENTO
LOCAÇÃO DO BARCO HOTEL MAWÉ - BARCELOS A MOURA - 01/10 A 06/10/2026

AO

EXÉRCITO BRASILEIRO

A/C do setor responsável pela contratação

[REDACTED]
[REDACTED]
[REDACTED] apresenta,
para fins de orçamento, proposta para locação do Barco Hotel Mawé para deslocamento de Barcelos a Moura,
com saída em 01 de outubro de 2026 e retorno em 06 de outubro de 2026, conforme condições abaixo:

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
Locação do Barco Hotel Mawé	06 diárias	-	R\$ 15.000,00
Serviços do prático	Período completo	-	R\$ 1.500,00
Serviço de motorista	Período completo	-	R\$ 1.000,00
VALOR TOTAL DOS SERVIÇOS			R\$ 17.500,00

INSUMOS NECESSÁRIOS PARA O PERÍODO

ITEM	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
Óleo diesel	900 litros	R\$ 8,50/litro	R\$ 7.650,00
Gasolina para o barco de apoio	50 litros	R\$ 8,50/litro	R\$ 425,00
Óleo lubrificante Ursa 40	24 litros	R\$ 30,00/litro	R\$ 720,00
Botijão de gás de cozinha	01 unidade	R\$ 140,00	R\$ 140,00
Alimentação da tripulação	Período	-	R\$ 1.000,00
VALOR TOTAL DOS INSUMOS			R\$ 9.935,00

VALOR TOTAL GERAL DA PROPOSTA: R\$ 27.435,00

Observação: o valor total da proposta é de R\$ 27.435,00, sendo R\$ 17.500,00 pelos serviços de locação da embarcação, do prático e de motorista e R\$ 9.935,00 pelos insumos discriminados acima.

Permanecemos à disposição para os esclarecimentos e providências necessárias à formalização da contratação.

[REDACTED]

Ao 3º Batalhão de Infantaria de Selva (3º BIS)

Assunto: Proposta Comercial para Fretamento de Embarcação (Apoio às Eleições 2026)

Prezados Senhores,

A empresa [REDACTED]

[REDACTED], a fim de atender às necessidades do 3º Batalhão de Infantaria de Selva por ocasião do apoio logístico às Eleições 2026.

1. ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

- **Embarcação:** Barco Temensis
- **Itinerário/Trecho:** Deslocamento de Barcelos a Moura (com retorno)
- **Período da Prestação:** De 01 de setembro de 2026 a 06 de outubro de 2026 (6 diárias)
- **Finalidade:** Apoio logístico aos serviços de transporte por ocasião da Eleição

2. VALOR DA PROPOSTA

- **Valor Total da Locação:** R\$ 30.000,00 (*Trinta mil reais*)

3. CONDIÇÕES GERAIS

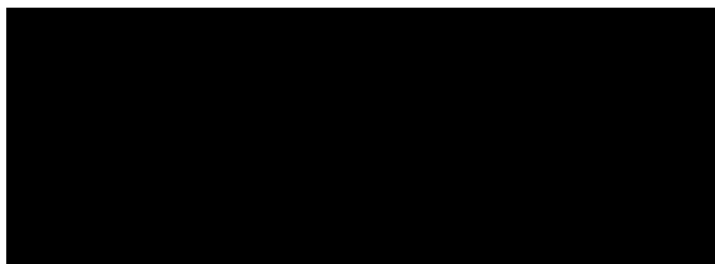
- **Validade da Proposta:** 2 dias a contar desta data.
- **Inclusos:** Embarcação em perfeitas condições de navegabilidade e tripulação habilitada.

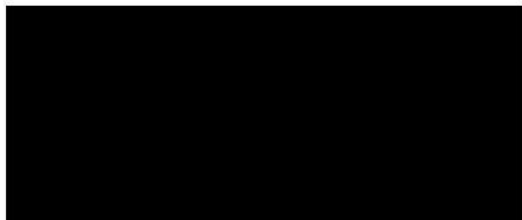
Permanecemos à disposição para eventuais esclarecimentos ou ajustes necessários.

Barcelos - AM, 29 de setembro de 2026.

Temensis Fishing e Ecoturismo Ltda

CNPJ: 51.159.194/0001-03





Barcelos, 29 de setembro de 2026

OFÍCIO / PROPOSTA DE ORÇAMENTO

CLIENTE

Requerente 3º BATALHÃO DE INFANTARIA DE SELVA

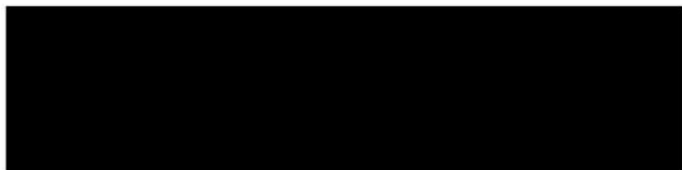
Data/Local 29 de setembro de 2026

ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR TOTAL
1	– Serviço de transporte fluvial mediante fretamento de embarcação regional, tipo barco recreio de grande porte. – Percorso: Barcelos - Carvoeiro - Moura - Carvoeiro - Barcelos, no período estimado de 01 a 6 de outubro de 2026, correspondente ao 1º turno das eleições, totalizando 6 (seis) diárias.	R\$ 31.570

Objetivo: Contratação de serviço de locação de embarcação, a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Prazo da proposta: 60 dias

Barcelos, 29 de setembro de 2026



3º BATALHÃO DE INFANTARIA DE SELVA

Mapa de Gerenciamento de Riscos 62/2026

1. Informações Básicas

Número do Mapa de Gerenciamento de Riscos

62/2026

Responsável pela Edição

Data de Criação

01/09/2026 13:40

Status do Mapa de Gerenciamento de Riscos

Concluído (Planejamento)

Objeto do Mapa de Riscos

Serviço de transporte fluvial, mediante disponibilização de embarcação tipo Recreio, com capacidade máxima para 35 (trinta cinco) pessoas

2. Histórico de Revisões

Nenhuma Revisão encontrada.

3. Riscos Identificados

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-01	Fracasso da contratação	Pesquisa de mercado insuficiente ou condições de contratação incompatíveis com o mercado	Planejamento	Administração	Médio	

Impactos

1 Atraso no atendimento da necessidade do 3º BIS, podendo comprometer o cumprimento de atividades previamente programadas.

Ações Preventivas

P-01 Realizar pesquisa de preços e de mercado adequada e elaborar especificações.

Responsável:

Ações de Contingência

C-01 Reavaliar as condições da contratação e adotar as providências previstas na legislação

Responsável:

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-02	Contratação de empresa sem capacidade adequada.	Falha na análise da documentação de habilitação ou da capacidade operacional.	Planejamento	Administração	Alto	

Impactos

1 Comprometimento da qualidade e da continuidade do transporte, podendo ocasionar atrasos e necessidade de substituição da contratada.

Ações Preventivas

P-01 Verificar documentação de habilitação e capacidade da empresa.

Responsável:

Ações de Contingência

C-01 Notificar a contratada e adotar as medidas administrativas cabíveis.

Responsável:

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-03	Execução do serviço em desacordo com o contratado.	Falha de comunicação, desconhecimento das especificações ou deficiência na fiscalização.	Planejamento	Administração	Médio	

Impactos

1 Redução da qualidade do serviço contratado e possibilidade de prejuízo ao atendimento das necessidades da Administração.

Ações Preventivas

P-01 Fiscalização sistemática e registro das ocorrências.

Responsável:

Ações de Contingência

C-01 Notificar a contratada para correção e aplicar as medidas cabíveis.

Responsável:

4. Acompanhamento das Ações de Tratamento de Riscos

Nenhum acompanhamento incluído.

5. Responsáveis / Assinantes

Documento assinado digitalmente



JOSENILDO PACHECO DA SILVA JUNIOR

Data: 29/09/2026 17:22:29-0300

Verifique em <https://validar.it.gov.br>



MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
3º BATALHÃO DE INFANTARIA DE SELVA
(14º Regimento de Infantaria/1935)
REGIMENTO ARARIGBÓIA

Despacho Nº 513-Fisc Adm/EM/Cmdo 3º BIS

Barcelos, AM, 29 de setembro de 2026.

Assunto: contratação de empresa especializada para prestação de serviço de transporte fluvial, mediante fretamento de embarcação

1. Trata o presente processo da contratação de empresa especializada para prestação de serviço de transporte fluvial, mediante fretamento de embarcação regional tipo recreio, destinado ao deslocamento do efetivo do 3º Batalhão de Infantaria de Selva empregado na Operação GVA 2026 – Apoio ao Pleito Eleitoral, no trecho Barcelos–Carvoeiro–Moura–Carvoeiro–Barcelos, no período de 1º a 6 OUT 26.

2. A contratação compreende a disponibilização de embarcação com capacidade para até 35 passageiros, respectivas bagagens e materiais de apoio, além do transporte de 1 voadeira pertencente ao 3º BIS, devendo estar incluídos os meios necessários à execução do serviço, tais como tripulação habilitada, combustível, lubrificantes, manutenção, encargos, seguros e equipamentos de segurança e salvatagem.

3. Registra-se que o município de Barcelos apresenta peculiaridades logísticas próprias, caracterizadas pela predominância do modal hidroviário e pela reduzida disponibilidade de fornecedores que reúnam, simultaneamente, embarcação com capacidade e características compatíveis com a missão, disponibilidade no período estabelecido, inscrição regular no CNPJ, regularidade jurídica, fiscal, social e trabalhista, documentação da embarcação perante a Autoridade Marítima, tripulação devidamente habilitada e demais requisitos necessários à contratação pela Administração Pública.

4. Tal limitação mostra-se ainda mais relevante em razão de o período previsto para execução do serviço coincidir com a temporada de pesca esportiva em Barcelos, ocasião em que ocorre elevada procura por embarcações, barcos recreio, barcos-hotel, tripulações e demais profissionais vinculados ao transporte fluvial e ao turismo. Essa circunstância restringe a disponibilidade de meios que, além de possuírem capacidade operacional adequada, estejam disponíveis nas datas da Operação GVA 2026 e sejam vinculados a fornecedores formalmente aptos a contratar com a Administração.

5. Nesse contexto, foi realizada pesquisa de preços com três fornecedores, tendo sido obtidas propostas nos valores de R\$ 27.435,00, R\$ 30.000,00 e R\$ 31.570,00. A proposta mais vantajosa foi apresentada pela empresa BARBOSA AGÊNCIA DE TURISMO E PESCA ESPORTIVA LTDA, nome fantasia [REDACTED]

6. A proposta da empresa [REDACTED]

contempla 6 diárias de locação da embarcação, serviços de prático e motorista, bem como os insumos necessários à execução do serviço, incluindo combustível, lubrificante, gás e alimentação da tripulação, perfazendo o valor global de R\$ 27.435,00.

7. A pesquisa de preços demonstra a vantajosidade da proposta selecionada, uma vez que corresponde ao menor valor obtido dentre os fornecedores consultados e atende à necessidade operacional de disponibilização da embarcação no período estabelecido.

8. Ressalta-se que, previamente à contratação, deverão ser confirmadas a regularidade jurídica, fiscal, social e trabalhista da empresa, a disponibilidade da embarcação nas datas previstas, sua documentação perante a Autoridade Marítima, a habilitação da tripulação e o atendimento integral aos requisitos técnicos e de segurança estabelecidos no Termo de Referência.

9. Consta disponibilidade orçamentária por meio da 2026NC006604, de 24 AGO 26, Fonte 1000A0059W, PTRES 167864, ND 339033, PI SEG GVAEXE, UGR 70026, havendo recursos suficientes para suportar a presente contratação no valor de R\$ 27.435,00.

10. Considerando a imprescindibilidade do transporte fluvial para o cumprimento da missão, a proximidade do período de execução, as peculiaridades logísticas da região, a reduzida oferta de fornecedores formalmente aptos e a coincidência da operação com período de elevada demanda por embarcações decorrente da temporada de pesca esportiva em Barcelos, entende-se necessária a adoção célere das providências administrativas destinadas à contratação, sem prejuízo da verificação integral das condições de habilitação, regularidade e segurança da empresa, da embarcação e da tripulação.

11. Diante do exposto, submeto o processo à apreciação do Ordenador de Despesas, com vistas à autorização do prosseguimento da contratação da empresa BARBOSA AGÊNCIA DE

Fiscal Administrativo



Documento **assinado eletronicamente**, por meio de **assinatura simples**, pelo(a) **Cap** [REDACTED] em 29/09/2026, às 19:57 conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no §3º, art. 4º, do Decreto nº 10.543 de 13/11/2020 da Presidência da República.

Código de verificação: Jx6J-LWGV-4AgS-EXwG



MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
3º BATALHÃO DE INFANTARIA DE SELVA
(14º Regimento de Infantaria/1935)
REGIMENTO ARARIGBÓIA

Despacho Nº 515-Cmdo 3º BIS

Barcelos, AM, 29 de setembro de 2026.

Assunto: contratação de empresa especializada para prestação de serviço de transporte fluvial, mediante fretamento de embarcação

1. De acordo com o Despacho Nº 513-Fisc Adm/EM/Cmdo 3º BIS, de 29 de setembro de 2026, autorizo o prosseguimento do presente processo administrativo, visando a contratação de empresa especializada para prestação de serviço de transporte fluvial, mediante fretamento de embarcação, destinado ao deslocamento do efetivo do 3º Batalhão de Infantaria de Selva empregado na Operação GVA 2026 – Apoio ao Pleito Eleitoral, no trecho Barcelos–Carvoeiro–Moura–Carvoeiro–Barcelos, no período de 1º a 6 OUT 26, conforme documentação juntada aos autos.

2. Desse modo, autorizo o prosseguimento da presente contratação direta no valor de R\$ 27.435,00, para a empresa que apresentou proposta mais vantajosa, [REDACTED] que apresentou a proposta mais vantajosa.

3. Encaminho à SALC para prosseguimento e empenho.

[REDACTED]
Ordenador de Despesas do 3º Batalhão de Infantaria de Selva



Documento **assinado eletronicamente**, por meio de **assinatura simples**, pelo(a) Cel [REDACTED], em 29/09/2026, às 20:44 conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no §3º, art. 4º, do Decreto nº 10.543 de 13/11/2020 da Presidência da República.

Código de verificação: UuL-/dNS-7M48-XN9H